

STJ00099975

Coleção
ENSAIOS
DE PROCESSO CIVIL

Eduardo de Avelar Lamy
Pedro Manoel Abreu
Pedro Miranda de Oliveira
Coordenadores

7

Superior Tribunal
DE
JUSTIÇA
BIBLIOTECA

**ASPECTOS PROCESSUAIS DA
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



GERALDO FONSECA DE BARROS NETO

PREFÁCIO
SÉRGIO SHIMURA



Florianópolis – 2014

Editora CONCEITO EDITORIAL**Presidente**
Salézio Costa**Editores**
Orides Mezzaroba
Valdemar P. da Luz**Assistente Editorial**
Nércio S. Vargas**Capa e Diagramação**
Paulo H. Benczik**Conselho Editorial**
André Maia
Adriana Mildart
Aline de C. M. Maia Liberato
Carlos Alberto P. de Castro
Cesar Luiz Pasold
Diego Araujo Campos
Edson Luiz Barbosa
Fauzi Hassan Choukr
Jacinto Coutinho
Jerson Gonçalves C. Junior
João Batista Lazzari
Jonas Machado RamosJosé Antônio Peres Gediél
José Antônio Savaris
Lenio Luiz Streck
Marcelo Alkmim
Martonio Mont'Alverne B. Lima
Michel Mascarenhas
Renata Elaine Silva
Samantha Ribeiro Meyer Pflug
Sérgio Ricardo F. de Aquino
Theodoro Vicente Agostinho
Vicente Barreto
Vladmir Oliveira da Silveira
Wagner Balera

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Cristina G. de Amorim CRB-14/898

B277a

Barros Neto, Geraldo Fonseca de
Aspectos Processuais da Recuperação Judicial/Geraldo Fonseca de Barros Neto -
Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.
218p.

ISBN 978-85-7874-344-4

1. Recuperação Judicial 2. Processo Judicial 3. Procedimentos especiais
4. Processo Falimentar 5. Empresa em crise 1. Título

CDU - 340

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e
na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2014 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 - 3º Andar
Canasvieiras - Florianópolis/SC. - CEP: 88054-210Editorial: Fone (48) 3205-1300 - editorial@conceitojur.com.br
Comercial: Fone (48) 3240-1300 - comercial@conceitojur.com.br**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVAwww.conceitojur.com.br

Nº

DATA

14. 11. 2014

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
NOTA DOS COORDENADORES	11
PREFÁCIO - SÉRGIO SHIMURA	13
INTRODUÇÃO	19
1. RECUPERAÇÃO DA EMPRESA E SEU PROCESSO JUDICIAL	23
1.1. Noções preliminares sobre a recuperação judicial	23
1.2. Recuperação judicial pelo processo	27
1.3. Especialidade do processo de recuperação.....	32
2. JURISDIÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO JUDICIAL	39
2.1. Indispensabilidade da jurisdição estatal	39
2.2. Competência.....	41
2.2.1. Juízo competente.....	41
2.2.2. Natureza da competência	44
2.2.3. Reconhecimento da incompetência	48
2.2.4. Prevenção.....	49
2.3. Características específicas do juízo da recuperação judicial.....	51
2.4. Administrador judicial	54
2.4.1. Noções gerais.....	54
2.4.2. Seleção	56
2.4.3. Remuneração.....	58
2.4.4. Substituição e destituição	61
2.4.5. Responsabilidade	62
2.4.6. Legitimidade recursal do administrador judicial.....	62
2.5. Participação do Ministério Público	64
3. PARTES	69
3.1. Polo ativo.....	69

3.1.1. Legitimidade ordinária	69
3.1.2. Legitimidade extraordinária	70
3.1.3. Situação dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.....	71
3.1.4. Litisconsórcio ativo	72
3.2. Polo passivo	75
3.2.1. Credores como réus.....	75
3.2.2. Litisconsórcio passivo na recuperação judicial.....	76
3.2.3. Credores sujeitos ao processo	78
3.2.4. Credores não sujeitos ao processo.....	78
3.2.5. Situações especiais	81
3.2.6. Comitê de credores.....	84
4. ADMISSIBILIDADE E MÉRITO	87
4.1. Noções gerais	87
4.2. Admissibilidade do julgamento da recuperação judicial.....	90
4.2.1. Sujeitos da Lei n. 11.101/2005.....	90
4.2.1.1. Empresário	90
4.2.1.2. Sociedade empresária	93
4.2.1.3. Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI).....	93
4.2.2. Empresários excluídos da abrangência da Lei n. 11.101/2005....	95
4.2.3. Requisitos específicos do empresário para requerer recuperação judicial.....	95
4.3. Juízo de admissibilidade.....	96
4.4. Mérito da recuperação judicial.....	99
5. PROCEDIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	101
5.1. Noções gerais sobre os diferentes procedimentos da recuperação judicial	102
5.1.1. Procedimento ordinário e procedimento simplificado para a micro e a pequena empresa	102
5.1.2. Procedimento principal e procedimento incidental para verificação de créditos	103
5.2. Visão geral do procedimento ordinário principal	103
5.3. Petição inicial.....	104
5.3.1. Requisitos da petição inicial.....	104

5.3.2. Efeitos do ajuizamento.....	109
5.4. Deferimento do processamento.....	109
5.4.1. Natureza do ato.....	109
5.4.2. Suspensão das ações pelo deferimento do processamento	113
5.4.2.1. Fundamentos	113
5.4.2.2. Prazo suspensivo	115
5.4.2.3. Situações não atingidas pela suspensão.....	117
5.4.2.4. Suspensão no confronto com o direito de ação.....	118
5.4.3. Impossibilidade de livre desistência da ação.....	120
5.4.4. Publicidade do regime de recuperação judicial.....	122
5.5. Citação.....	123
5.6. Apresentação do plano de recuperação	127
5.7. Defesa	130
5.7.1. Defesa no processo de recuperação judicial.....	130
5.7.2. Objeção ao plano de recuperação judicial.....	132
5.8. Assembleia geral de credores.....	135
5.8.1. Conceito.....	135
5.8.2. Procedimentos de convocação e instalação	136
5.8.3. Participantes.....	137
5.8.4. Desenvolvimento dos trabalhos.....	142
5.8.5. Classes de credores e deliberação sobre o plano de recuperação.....	143
5.8.6. Suspensão prévia e invalidação da assembleia.....	145
5.9. Sentença	147
5.9.1. Natureza da sentença e da tutela jurisdicional na recuperação judicial.....	147
5.9.2. Resultado da assembleia geral e seu reflexo na sentença.....	151
5.9.2.1. Regra geral: vinculação do juiz à decisão dos credores....	151
5.9.2.2. Verificação das formalidades da assembleia geral.....	152
5.9.2.3. O juiz e o conteúdo do plano.....	153
5.9.2.4. Concessão da recuperação com plano rejeitado: o <i>cramdown</i>	154
5.9.2.5. Abuso do direito de rejeição do plano.....	157

5.9.2.6. Decretação da falência como consequência da rejeição do plano	158
5.9.2.7. A questão das certidões tributárias como requisito à concessão da recuperação.....	159
5.10. Recurso contra a sentença	160
6. PROCEDIMENTO PARA VERIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	163
6.1. Conceitos e visão geral	163
6.2. Fase administrativa	164
6.3. Fase judicial	168
6.4. Formação do quadro geral de credores.....	173
6.5. Ação rescisória especial.....	174
7. PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	177
7.1. Fundamentos	177
7.2. Peculiaridades do procedimento simplificado.....	178
8. PROCEDIMENTOS RELACIONADOS AO ENCERRAMENTO E AO CUMPRIMENTO DO PLANO	181
8.1. Fase de observação.....	181
8.2. Descumprimento do plano e convolação em falência	181
8.3. Encerramento e novação.....	182
8.4. Descumprimento posterior ao encerramento.....	184
8.4.1. Execução forçada	184
8.4.2. Pedido de falência.....	185
CONCLUSÕES	187
REFERÊNCIAS.....	193